

## MINERAÇÃO

A descoberta de depósitos de ouro de alto valor em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso demoraram quase dois séculos. Depois dela, contudo, a paisagem colonial mudou bastante. Com o impulso da mineração, a população da colônia aumentou rapidamente e tornou-se mais mestiça e urbana. No fim do séc. XVIII, cerca de três milhões de pessoas viviam no Brasil.

Surgiram novas cidades. Tornaram-se maiores as já existentes. A economia se diversificou. A estrutura social ficou mais complexa e a organização político-administrativa fortaleceu-se – sobretudo com as reformas pombalinas –, passando a exercer maior controle sobre a sociedade.

Ao mesmo tempo, a expansão territorial, iniciada pela ação dos bandeirantes e sertanistas, firmava-se no Sul e Centro-Oeste. No final do séc. XVIII, a colônia já não era a mesma. Seu território havia crescido, suas cidades eram maiores e mais numerosas e aumentava o descontentamento com a dominação portuguesa.

### *UMA CIVILIZAÇÃO URBANA*

Durante os dois primeiros séculos da colonização, foi constante na colônia portuguesa a procura do ouro, prata e pedras preciosas. Os resultados, em geral, foram pobres: alguns depósitos de ouro de lavagem (separação por meio da água das partes úteis e, neste caso, valiosas de um minério), encontrados e explorados na capitania de São Vicente e em pontos da serra do Mar, como Paranaguá e Curitiba. Isso contribuiu até para uma pequena reforma político-administrativa no início do século XVII, com a criação da Repartição do Sul, inicialmente a cargo do ex-governador-geral Francisco de Souza.

Entretanto, as esperanças portuguesas de achar e explorar no Brasil minas tão ricas quanto à dos espanhóis no Peru e no México só se realizaram nos últimos anos do século XVII. Depois de longa procura, concentrada em áreas da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o bandeirante Antonio Rodrigues Arzão descobriu na região de Minas Gerais (com a descoberta do ouro, no ano de 1693, em Caeté, iniciou-se o processo de povoamento da região Centro-Oeste do Brasil. Entre os anos de 1700 e 1725, surgiram as cidades de São João Del-Rei, Vila Rica, Sabará, Vila do Príncipe, Arraial do Tijuco e demais centros menos populosos. O território em que se encontrava esse conjunto de cidades constituiria a capitania de Minas Gerais), em 1693. Mais tarde, já nos anos de 1729, foram encontradas jazidas de diamantes no Serro Frio, também em Minas. Ao mesmo tempo, confirmavam-se e começavam a ser explorados os depósitos auríferos de Goiás e Mato Grosso.

A notícia da descoberta de ouro nas Gerais espalhou-se depressa, na colônia e no reino. Em poucos anos, algumas dezenas de milhares de pessoas corriam para a região a cara do metal e de pedras preciosas nos rios, córregos e encostas das serras mineiras. Vinham de São Paulo, de São Vicente, de Pernambuco, da Bahia, do Rio de Janeiro e de outros lugares. Vinham sobretudo da própria metrópole. Eram colonos que deixavam suas terras, comerciantes atrás de novos negócios, artesãos interessados em prestar serviços, ou aventureiros atraídos pelo sonho de enriquecimento rápido. Gente de poucos recursos, em maior número, gente de posses, e muitos escravos.

A descoberta de ouro e a corrida que ela desencadeou mudaram profundamente a vida na colônia. Mudou, em primeiro lugar, seu perfil demográfico. As populações nativas,

duramente atingidas com a chegada repentina de exploradores, foram exterminadas em sua maioria. Com a forte migração interna e externa, a população colonial passou de 300.000 habitantes em 1690 para 3.300.000 em 1800.

Ao mesmo tempo, mudou a economia da colônia, que passou a girar em torno de um novo centro dinâmico, a atividade mineradora. Mudou também a organização da sociedade e, com ela, sua vida cultural.

### *RICA E FRÁGIL: A ECONOMIA MINEIRA*

O início da grande exploração de ouro no Brasil ocorreu num momento de dificuldades econômicas e políticas de Portugal na Europa. Entre essas dificuldades estavam as grandes despesas do Estado português nas lutas da Restauração em 1640, contra a Espanha, e os custos da guerra contra os holandeses no Brasil. Havia ainda a perda da tradicional parceria com a Holanda e a redução dos lucros no comércio do açúcar brasileiro.

Para agravar esse quadro, Portugal vira-se obrigado a fazer pesadas concessões econômicas e políticas para a Inglaterra, seu novo aliado na Europa. Portugal precisava dessa aliança para proteger-se de outras potências. Para consolidá-la, firmou com os ingleses sucessivos acordos políticos, diplomáticos e comerciais. Esses acordos culminaram com o Tratado de Methuen em 1703 (Portugal comprometia-se a abrir seus mercados aos tecidos ingleses, cabendo a Inglaterra dar preferência aos vinhos portugueses. Esse tratado gerou grandes prejuízos à nação lusitana uma vez que os preços favoreciam os tecidos, causando sucessivos déficits em sua balança comercial, cobertos em boa parte com as rendas do comércio colonial brasileiro), desfavorável à balança comercial portuguesa e, por isso, comprometedor para o desenvolvimento econômico do país.

Nessa conjuntura difícil, a riqueza das minas de ouro e diamantes do Brasil abria novas perspectivas: injetar recursos na combalida economia portuguesa, atrair à colônia parte da força de trabalho ociosa ou subutilizada da metrópole, aumentar a renda da Coroa e pagar os déficits comerciais crescentes do país. Foi esta última perspectiva que acabou despertando maior interesse e orientando a política portuguesa para a mineração brasileira: investir pouco e tirar muito.

Entre os exploradores das minas predominavam os pequenos mineradores, de poucos recursos. Trabalhavam isoladamente ou com alguns escravos nas faisqueiras, garimpando com a bateia o cascalho dos rios e córregos. Poucos eram os mineradores que podiam instalar e explorar as lavras, fazendo uma extração de maior volume, extensão e profundidade nos rios e encostas, com melhor equipamento e muitos escravos.

À medida que o ouro e os diamantes foram escasseando, na segunda metade do século XVIII, a exploração tornou-se tecnicamente mais difícil. Passou a exigir mais investimento de capital em equipamentos e escravos nas lavras e limitou bastante a atuação do pequeno garimpo.

Entretanto, mesmo para quem dispunha de maior capacidade técnica, era difícil avaliar o potencial efetivo das áreas exploradas. Isso acarretava um nível de produtividade sempre oscilante, além de obrigar mineradores a uma permanente busca de novos depósitos de cascalho ou de melhores veios. Obrigava-os também a uma dedicação praticamente exclusiva à atividade mineradora. Isso fazia com que eles dependessem, para sua subsistência, de outros setores econômicos, internos e externos.

A região das minas tornou-se assim, um ativo mercado consumidor de gêneros alimentícios, utensílios, vestuário, ferramentas, armas, mobiliário, couros e animais de

carga. Além disso, havia trabalhos de edificação, carpintaria, marcenaria, forjaria, curtume, selaria, etc. Boa parte desses bens e serviços passou a ser fornecido por criadores, fazendeiro, artesãos, comerciantes de atacado e varejo instalados nas vilas, arraiais e “pousos” da própria área de mineração, ou em regiões próximas do Rio São Francisco, do vale do Paraíba e do Rio de Janeiro, ou ainda em regiões mais distantes, nas capitanias do Sul. Isso não só ampliou e estimulou o mercado interno da colônia, mas também fez com que ele de fato começasse a interiorizar-se no território colonial, para além da estreita faixa litorânea.

Até meados do séc. XVIII, a mineração brasileira produziu riqueza, dinamizou a economia da colônia e mostrou vitalidade. Milhares de quilos de ouro saíam todos os anos para a metrópole pelos portos de Parati e do Rio de Janeiro. Com eles, a colônia pagava as importações de mercadorias e escravos aos comerciantes portugueses e contribuía para aumentar as rendas do tesouro real.

Da década de 1760 em diante, porém, a mineração revelou toda a sua fragilidade. Voltada para o mercado externo e submetida à política mercantilista da metrópole, ela pouco acumulou, internamente, da riqueza que produziu. Não resistiu ao esgotamento precoce e acelerado dos depósitos de ouro de aluvião (metal encontrado nos depósitos de cascalho, areia ou argila localizada no leito de córregos e rios. Para sua exploração bastavam poucas ferramentas, pratos de estanho ou madeira e algumas peneiras). Não resistiu, sobretudo, a pesada carga de impostos estabelecida pela metrópole. De fato, Portugal estava mais interessado no recolhimento imediato dos impostos do que no estímulo e sustentação da atividade mineradora.

### *ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO*

Em 1702, a Coroa Portuguesa criou a Intendência das Minas. Era o primeiro órgão de controle do Estado sobre as atividades mineradoras. A partir de então, a ação político-administrativa e fiscal da metrópole nas áreas de mineração passou a ser permanente. Com ela, a carga de impostos aumentou rapidamente, tornando-se cada vez mais pesada, sobretudo para os pequenos mineradores.

Ao mesmo tempo, a crescente importância econômica e política da região levou, em 1709, a formação da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, da qual surgiria, em 1720, por desmembramento, a capitania de Minas Gerais, com sede em Vila Rica de Ouro Preto.

A rígida fiscalização e a pesada tributação cresceram em paralelo ao crescimento da produção de ouro. Mas, quando entrou em declínio, a pressão fiscal – ou seja, a cobrança de impostos – só ajudou a acelerar seu esgotamento. Ao invés de buscar recuperá-la, por meio de estímulos a novos investimentos, a ação controladora do Estado português acabou por sufocá-la.

## *O OURO DA COLÔNIA E A AÇÃO DO ESTADO PORTUGUÊS*

A administração da atividade mineradora apoiava-se nos seguintes órgãos:

- Intendência das Minas (1702): diretamente subordinada a Coroa e regulamentada pelo Regimento dos superintendentes ouvidores, guardas-mores e provedores das minas de ouro estava encarregada do controle da produção, da distribuição das datas (lotes) e do lançamento e cobrança de impostos devidos a Real Fazenda, especialmente dos quintos (1/5 do ouro extraído).
- Casas de Fundição (1719): criadas para evitar o contrabando depois de proibida a circulação de ouro em pó, devendo recolher todo o ouro produzido, fundi-lo em barras marcadas com selo real e retirar o quinto antes de devolvê-lo aos seus proprietários, começaram a ser instaladas a partir de 1720 em Vila Rica, Sabará e São João Del-Rei.
- Distrito Diamantino (1733): demarcado na região do Serro Frio, em torno do Arraial Tijuco (atual cidade de Diamantina), e subordinado diretamente a Lisboa para controle rígido da exploração e tributação da mineração dos diamantes, até 1771, a exploração das pedras era realizada por particulares mediante contrato por tempo limitado, a partir daquele ano, passou a ser feita pela Real Extração, um órgão do governo criado especialmente para isso.

Principais tributos estabelecidos pela política fiscal:

- Capitação (1703): imposto lançado sobre o número de escravos utilizados pelo minerador.
- Bateia (1715): tributo por bateia cobrado de cada minerador, equivalente a 10 oitavas de ouro anuais (35,86gr.), não funcionou na prática, sendo logo abandonado.
- Fintas (1713): sistemas de cotas anuais de arrecadação do quinto, inicialmente seu valor foi fixado em 30 arrobas (45kg) de ouro.
- Capitação e censo das indústrias (1735): tributo lançado sobre todos os mineradores em atividade, livres ou escravos, bem como sobre oficinas, armazéns, lojas, hospedarias, estúbulos, etc.
- Novo valor do quinto (1750): fixado em 100 arrobas (1500 kg) anuais para toda a capitania de Minas Gerais.
- Derrama (1765): cobrança oficial e forçada dos quintos em atraso.

## *O SÉCULO DO OURO*

A enorme importância econômica e política adquirida pela mineração brasileira, interna e externamente, podem ser comprovadas por alguns indicadores. Um deles foi a forte imigração da metrópole para a colônia, a ponto de as autoridades verem-se obrigadas a aumentar as restrições à saída de pessoas do reino. Outro indicador foi o crescimento comércio colônia-metrópole.

A mineração, com efeito, elevou o poder aquisitivo das camadas mais ricas da população e provocou o surgimento de cidades, cujos habitantes tinham necessidades de consumo cada vez mais diversificadas. Uma das conseqüências disso foi o crescimento nas vendas de mercadorias européias pela metrópole para abastecer a população colonial. E também o aumento do tráfico de africanos, com a entrada no Brasil de mais de um milhão de novos escravos, na maioria destinados às áreas mineradoras.

Um terceiro índice da importância da mineração pode ser verificado na ampliação da burocracia colonial, com a criação de novas capitâneas, comarcas e órgãos administrativos. Essa ampliação foi, naturalmente, acompanhada pelo aumento do número de funcionários civis, militares e religiosos. Assim, a riqueza da colônia provocou também a ampliação do aparelho do Estado e seu controle sobre a sociedade.

Por outro lado, o deslocamento do eixo econômico da colônia, do Nordeste para o Sudeste, deu nova importância estratégica a todo centro-sul do território. Daí a mudança da sede do governo-geral de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763. Com esse deslocamento surgiu um modelo de sociedade, mais urbanizado, diversificado e dotado de maior mobilidade social (é o processo pelo qual pessoas ou grupos mudam de lugar no interior da sociedade. Essa mudança pode ser horizontal ou vertical. No primeiro caso, o indivíduo passa de uma classe social para outra, situada acima ou abaixo da classe original. No segundo caso, o deslocamento pode tomar a forma de uma mudança de profissão).

Entretanto, por trás dessa força e opulência, a mineração apresentava outra realidade, menos brilhante e mais opressiva. Esta se fazia sentir no aumento contínuo dos preços das mercadorias importadas vendidas às populações mineiras e geralmente pagas em ouro, nas pressões e ameaças dos cobradores de impostos – oficiais dos vários órgãos da Intendência e particulares, contratadores e arrematadores – espalhados pelas dezenas de registros e passagens (lugares onde eram cobrados impostos sobre a circulação de mercadorias entre diferentes regiões da colônia, por exemplo, sobre as tropas de mulas vindas do Sul para São Paulo com destino às minas), no contrabando generalizado, inclusive por parte do clero, como reação da população a cobrança de impostos e na violência de ladrões e salteadores que infestavam os caminhos mineiros.

No final do século XVIII, a mineração estava visivelmente em decadência. Ouro Preto, uma das principais vilas e futura sede da capitania de Minas Gerais, que em 1759 chegara a ter cerca de 40.000 habitantes, em 1800 contava com pouco menos de 10.000, demonstrando o esvaziamento demográfico dos centros urbanos e o enfraquecimento econômico da região.

Como economia complementar, funcionando segundo as regras do mercantilismo, a mineração produziu mais riqueza para a metrópole do que para a colônia. Entretanto, Portugal tampouco aproveitou de modo produtivo a enorme riqueza gerada pelas minas brasileiras. Faltava uma elite empresarial capaz de transformar o ouro do Brasil em investimentos geradores de novas riquezas como estava fazendo naquele momento a burguesia industrial inglesa.

De fato, Portugal usou o ouro e os diamantes da colônia no pagamento dos déficits comerciais com a Inglaterra e outros países europeus, assim como na edificação de obras públicas, palácios monumentais e mosteiros, como o Convento de Mafra (1730), o aqueduto das Águas Livres (1748) e a nova Praça do Comércio (1763) de Lisboa. Na Inglaterra, ao contrário, o ouro brasileiro integrou-se ao processo de crescimento econômico, investido no desenvolvimento da incipiente atividade industrial.

### *POESIA, REVOLTA E ILUSTRAÇÃO*

Em Minas, no século XVIII, ocorreu na vida cultural uma curiosa combinação de estilos e influências artísticas e literárias. Nas artes plásticas, o estilo predominante continuava a ser o barroco. Na poesia, entretanto, afirmava-se uma tendência oposta. Era o arcadismo, que propunha o retorno à simplicidade literária, em contraposição ao estilo rebuscado do

barroco. A nova tendência veio de Portugal, onde surgiu por volta de 1756, quando foi criada a Arcádia Lusitana.

Do ponto de vista ideológico, os adeptos do arcadismo, os árcades, também chamados de neoclássicos, foram influenciados pelo Iluminismo francês (ou Ilustração), com suas idéias liberais e antiabsolutistas. Defendiam uma literatura simples e natural, inspirada nos antigos gregos e romanos. Queriam a volta à natureza e a inocência dos pastores. Acreditavam na prática da virtude civil, na melhoria das pessoas por meio da educação e na conquista da felicidade e da harmonia social pela obediência as leis da natureza.

Com essas idéias, adquiridas na Universidade de Coimbra, diversos poetas brasileiros passaram a fazer oposição ao absolutismo. Muitos deles defendiam as reformas do marquês de Pombal e vários envolveram-se com a Inconfidência Mineira, em 1789. Entre estes últimos, destacam-se Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto.

Pouco antes da inconfidência, Tomás Antonio Gonzaga era ouvidor de Vila Rica. Por essa época, escreveu suas Cartas Chilenas, poema satírico no qual critica os desmandos do governador da capitania das Minas, Luis da Cunha Meneses. No poema, a capitania é apresentada como se fosse o Chile e o governador se chama Fanfarrão Minésio. Escreveu também durante sua prisão no Rio, em 1789, Marília de Dirceu é um dos mais belos poemas de amor da língua portuguesa. Foi dedicado a jovem Maria Dorotéia de Seixas Brandão, de 16anos, por quem o poeta, de 43 anos, se apaixonou e com quem iria casar se não tivesse sido preso. Enviado para a África, em 1792, nunca mais veria sua amada. Mas parece não ter sofrido muito com a ausência dela: casou-se com Juliana de Souza Mascarenhas, mulher “de muitas posses e poucas letras”, da família mais opulenta de Moçambique, enriquecida pelo tráfico de escravos, ao qual o poeta passou a se dedicar, integrando-se a “melhor sociedade” local. Rico e ocioso, ficou em Moçambique até morrer em 1810. Marília de Dirceu foi publicado em Lisboa, com grande sucesso, em 1799.

Outros poetas importantes do arcadismo foram Antonio Pereira de Sousa Caldas, Manuel Inácio da Silva Alvarenga(autor de Glaura, de 1799), frei José da Santa Rita Dura(autor de Caramuru de 1781) e José Basílio da Gama(autor do épico O Uruguai, de 1769).

#### PARA SABER MAIS

FILME – XICA DA SILVA, DE CACÁ DIEGUES, 1976 – Sobre um contratador português apaixonado por uma escrava negra em Diamantina, que se torna rica e famosa na região das minas.

LIVRO – BOXER, C.R. A idade de ouro do Brasil. São Paulo: Nacional, 1963.

Obra clássica sobre o ciclo da mineração no Brasil. No capítulo II, o autor descreve as primeiras descobertas de ouro, os métodos de extração, os caminhos para as minas e as conseqüências imediatas na economia e sociedades brasileira.